


Esporte, educação e o sistema prisional canadense

 Mark Norman *

Introdução

A administração do sistema prisional canadense é uma responsabilidade compartilhada pelo governo federal e por diversos governos provinciais. Entretanto, são somente as unidades penitenciárias federais que abrigam adultos que foram condenados a cumprir sentenças de dois anos ou mais de reclusão (Griffiths, 2010). O sistema prisional federal, administrado pela Autoridade Prisional do Canadá (CSC) [Correctional Service of Canada], é responsável pela operação e manutenção de 57 penitenciárias e aproximadamente 13.000 prisioneiros (CSC, 2013). Projetos educacionais e de recreação física são dois veículos importantes de inclusão social nas unidades

penitenciárias federais. De acordo com o CSC, aproximadamente 75% dos detentos possuem algum déficit educacional. Os problemas mais comuns, neste sentido, são os baixos níveis de alfabetização e também de escolarização de nível médio (Richer et al., 2015). Tendo em vista esta realidade, o CSC oferece programas educacionais “em todas as unidades penitenciárias federais a fim de incrementar os índices de alfabetização dos infratores e assegurar o suporte necessário para que esses façam uma transição segura de volta para a sociedade” (Richer et al., 2015, p. vi). Paralelamente, programas de esporte e recreação física possibilitam que diversos detentos canadenses tenham acesso a experiências significativas

nos âmbitos social, físico, e psicossocial; além de garantir-lhes a oportunidade de expressarem, ainda que tenuemente, algum senso de identidade própria, num contexto prisional em que o exercício da autonomia, no que se refere à vida cotidiana dos prisioneiros, é rotineiramente rechaçada (Norman, 2015b; 2015c).

Atualmente, não parece haver evidências suficientes para sugerir que existe uma articulação efetiva entre educação e esporte nas prisões federais canadenses. A política administrativa do CSC que regula os programas educacionais e serviços para os detentos, por exemplo, não faz alusão aos esportes ou recreação física (CSC, 2007). Por outro lado, o documento que trata sobre o tema

* Mark Norman é doutor em Educação Física pela Universidade de Toronto (Canadá). Atua como professor substituto no Departamento de Sociologia na Universidade de Ryerson (Canadá), e como assistente de pesquisa na Universidade de Toronto.

do “lazer” não lista, explicitamente, nenhum objetivo educacional (CSC, 2008). É possível insinuar, portanto, que as políticas públicas para penitenciárias federais preconizam uma divisão clara entre a oferta de programas educacionais e a oferta de atividades de lazer para os detentos. Esta separação nem sempre foi tão acentuada assim. Na realidade, existe um montante considerável de evidência histórica que indica que, por boa parte do século XX, os responsáveis pela concepção de políticas públicas prisionais no Canadá reconheciam e encorajavam uma relação próxima entre o esporte e a educação. A investigação que eu conduzi oferece uma breve análise do desenvolvimento histórico dessas políticas, focando, prioritariamente, nestes dois temas. Sem dúvida, o esporte e a educação foram pontos fundamentais na transição em direção a um sistema prisional menos preocupado com a punição dos infratores criminais, e que prioriza, ao invés disso, a sua reabilitação. Minha pesquisa também examina a confluência de fatores que levou a uma gradativa ruptura dessa conexão e, conseqüentemente, a uma diminuição na importância do esporte e da recreação física nas prisões federais canadenses.

Esporte e Educação nas Prisões Federais Canadenses: Uma Breve História

O antigo sistema prisional canadense, constituído ainda durante o período de colonização Britânica a partir da abertura da primeira penitenciária Canadense em 1835, se caracterizou pelas árduas condições de vida impostas aos detentos, que eram submetidos a um tratamento essencialmente

punitivo (Ekstedt & Griffiths, 1988). Foi somente no começo do século XX que medidas reformadoras começaram a garantir melhores condições de vida e direitos fundamentais aos prisioneiros. Um documento do ano de 1914, intitulado *Relatório da Comissão Real para Penitenciárias* [Report of the Royal Commission on Penitentiaries] (Macdonnell, 1914), critica duramente o sistema de administração prisional que vigorava na época, e discorre sobre a importância da educação e de exercícios físicos para o bem-estar dos detentos:

Se uma ou duas horas fossem dedicadas todos os dias para a escola, para alguns, e para exercícios no pátio, para outros, (...) alguns homens, cujos espíritos estão sendo esmagados, (...) poderiam ser salvos para o exercício saudável da cidadania no futuro; [isto é,] caso (...) a escola ou um sopro de ar fresco fossem introduzidos, a cada dia, para iluminar as suas vidas (Macdonnell, 1914, p. 6-7).

Nas décadas subsequentes a esse relatório, várias comissões foram instauradas com o intuito de investigar as condições gerais das penitenciárias canadenses, resultando em uma progressiva reformulação dos objetivos e da organização administrativa do sistema prisional deste país, inclusive com propostas que defendiam maiores oportunidades educacionais e de socialização aos detentos (Ekstedt & Griffiths, 1988). No entanto, foi somente após a publicação, em 1938, do marco regulatório conhecido como *Relatório Archambault* [Archambault Report] – responsável por reformar profundamente o sistema

penitenciário canadense tendo como ponto de partida a ênfase nas políticas de reabilitação – que o esporte e a educação passaram a ser tratados como prioridade pela administração das prisões federais: “sem (...) educação, sem exercícios físicos e mentais, recreação moderada e, acima de tudo, sem uma *abordagem humana*, qualquer tratamento está fadado ao insucesso” (Archambault, 1938, p. 10). O relatório criticou severamente a escassez de oportunidades de participação em atividades esportivas para os prisioneiros, apontando que apenas algumas unidades no país inteiro ofereciam programas para a prática organizada de recreação física. O esporte e a recreação física foram tratados como temas centrais no relatório, que afirma, inclusive, que “um programa de recreação adequadamente planejado é o aspecto mais essencial da vida na prisão. Tais programas devem ser concebidos não como uma forma de entretenimento, mas como parte integral do tratamento necessário para fortalecer o espírito, a mente, e o corpo” (Archambault, 1938, p. 109).

O *Relatório Archambault* inaugurou uma nova era no sistema penitenciário Canadense, cujo foco principal passou a revolver em torno da reabilitação dos prisioneiros. Um crescente racionalismo científico, que concebia o comportamento criminal como uma condição tratável ao invés de um fenômeno social (Griffiths, 2010), assegurou o cenário ideal para a emergência de uma fundamentação racional que buscava legitimar a oferta de esporte e educação para os detentos. Neste contexto, numerosos programas esportivos prosperaram após o término da Segunda

Guerra Mundial: entre as décadas de 1940 e 1980, as prisões federais contavam com diversas ligas, recreativas e competitivas, organizadas em torno de esportes como baseball, hóquei no gelo e futebol canadense (Norman, 2015b). Durante este período, também houve um aumento significativo nas iniciativas de caráter educacional.

Em 1956, o *Relatório Fauteux* [Fauteux Report] sobre o sistema prisional canadense reforçou a visão de que a recreação e a educação oferecem oportunidades para que os prisioneiros se transformem em cidadãos que respeitam a lei (Fauteux, 1956). O esporte e a educação foram formalmente unificados nas décadas de 1950 e 1960, quando as unidades prisionais começaram a contratar profissionais formados em educação física para planejar e conduzir programas esportivos para os detentos (Gibson, 1950); no ano de 1963, todas as prisões federais já contavam com especialistas e supervisores de recreação em seus quadros permanentes, trabalhando em tempo integral (MacLeod, 1963). Conforme os programas de recreação física foram sendo aprimorados, padronizados, e institucionalizados dentro do sistema prisional, seus idealizadores passaram a concebê-los, cada vez mais, como uma parte vital do desenvolvimento social dos prisioneiros. Contudo, embora existam elementos para sugerir que os esportes exerceram um papel social importante na vida comunitária de vários detentos ao longo deste período, a oferta de recreação física também foi utilizada como uma forma preponderante de controle social pelos administradores das prisões. Os esportes, portanto, desempenham um

papel social complexo e contraditório no âmbito das unidades prisionais (Norman, 2015b; 2015c).

Uma confluência de fatores acabou ocasionando um declínio nas atividades recreativas promovidas pelas penitenciárias canadenses durante as últimas décadas do século 20. À medida que a filosofia correccional distanciou-se do racionalismo científico, o acesso à recreação passou a ser visto menos como um componente intencionalmente proposto como parte de uma intervenção terapêutica e mais como uma questão relativa aos direitos humanos dos detentos (Norman, 2015b). Além disso, diversas mudanças nas políticas públicas prisionais foram introduzidas, ao longo das décadas de 1980 e 1990, com o objetivo de aprimorar as práticas de gerenciamento de riscos nas penitenciárias. Atividades, como as esportivas, que poderiam acarretar em inquietações ou violência por parte dos detentos, foram gradualmente submetidas a regulações mais rígidas (Norman, 2015b). A relação estreita entre educação e esportes começou a ser rompida no começo dos anos 1980, a partir de uma profunda reestruturação nos departamentos de recreação. Como parte deste processo, posições ocupadas por educadores físicos perderam prestígio e importância, desencadeando uma progressiva substituição de educadores físicos qualificados por administradores que desempenhavam funções mais burocráticas e que mantinham pouco contato com os prisioneiros (Norman, 2015b).

Nos anos 2000, uma mudança radical em direção a medidas corretivas punitivas

– ao invés de medidas de reabilitação – teve o efeito de limitar ainda mais o acesso a oportunidades recreativas por parte dos detentos das unidades federais, e também acabou por acentuar o grau em que essas atividades são vistas por administradores prisionais como uma ferramenta de controle social (Norman, 2015a, 2015b, 2015c). Ao mesmo tempo em que o governo federal começou a adotar medidas simbólicas para parecer mais “duro/rigoroso contra o crime” (Doob, 2014), atividades como levantamento de peso e futebol se tornaram objeto de escrutínio e foram rotuladas como regalias às quais os detentos não deveriam ter acesso (CSC Review Panel, 2007; Jackson and Stewart, 2010). Os esportes, de acordo com esta visão de políticas corretivas, foram completamente marginalizados enquanto um domínio importante do desenvolvimento social e do bem-estar dos prisioneiros.

As atividades educacionais, entretanto, continuaram uma prioridade para o CSC. Como um relatório de análise de políticas públicas de 2007 explica, “a educação tem um papel inquestionável no desenvolvimento pessoal e no sucesso profissional ou vocacional de um indivíduo na sociedade canadense” (CSC Review Panel, 2007, p. 41). Esta concepção de educação, porém, é inteiramente direcionada a uma eventual participação do indivíduo em um sistema econômico neoliberal, ao invés promover o desenvolvimento pessoal e coletivo dos prisioneiros. Tendo em vista a conexão que pode ser evidenciada entre a expansão de sistemas prisionais e o neoliberalismo punitivo em vários países do Ocidente (Wacquant, 2009), este é um ponto problemático dos programas educacionais desenvolvidos em unidades prisionais que precisa ser estudado com mais profundidade.

Referências Bibliográficas

- Archambault, J. (1938). *Report of the Royal Commission on the Penal System of Canada*. Ottawa: King's Printer.
- Correctional Service of Canada. (2007, October 4). *Commissioner's directive 720: Education Programs and Services for Offenders*. Retrieved from April 6, 2016 from <http://www.csc-scc.gc.ca/acts-and-regulations/720-cd-eng.shtml>.
- Correctional Service of Canada. (2008, September 25). *Commissioner's directive number 760: Leisure activities*. Retrieved April 6, 2016 from <http://www.csc-scc.gc.ca/politiques-et-lois/760-cd-eng.shtml>.
- Correctional Service of Canada. (2013, June 21). Statistics – Key facts and figures. Retrieved May 8, 2015 from <http://www.csc-scc.gc.ca/publications/005007-3024-eng.shtml>.
- Correctional Service of Canada Review Panel. (2007). *A roadmap to strengthening public safety* (Catalogue No. PS84-14/2007E). Ottawa, ON: Minister of Public Works and Government Services Canada.
- Doob, A. (2014, February 6). Losing our balance: Old and new directions in Canadian criminal justice policy. *John L. J. Edwards Lecture*. Lecture conducted from Centre for Criminology and Sociolegal Studies, University of Toronto, Toronto, ON.
- Ekstedt, J.W., & Griffiths, C.T. (1988). *Corrections in Canada: Policy and practice* (2nd edition). Toronto, ON: Butterworths.
- Fauteux, G. (1956). *Report of a committee appointed to inquire into the principles and procedures followed in the remission service of the Department of Justice of Canada*. Ottawa, ON: Queen's Printer.
- Gibson, R.B. (1950). *Annual report of the Commissioner of Penitentiaries for the fiscal year ended March 31, 1950*. Ottawa: King's Printer.
- Griffiths, C.T. (2010). *Canadian corrections* (3rd Edition). Toronto, ON: Nelson Education.
- Jackson, M., & Stewart, G. (2010). Fear-driven policy: Ottawa's harsh new penal proposals won't make us safer, just poorer. *The Literary Review of Canada*, May, 1-7.
- Macdonnell, G.M. (1914). *Report of the Royal Commission on Penitentiaries*. Ottawa, ON: King's Printer.
- MacLeod, A.J. (1963). *Annual report of the Commissioner of Penitentiaries for the fiscal year ended March 31, 1963*. Ottawa: Queen's Printer.
- Norman, M. (2015a). Prison yoga as a correctional alternative? Physical culture, Rehabilitation, and social control in Canadian prisons. In W. Crichlow and J. Joseph (Eds.), *Alternative Offender Rehabilitation and Social Justice: Arts and Physical Engagement in Criminal Justice and Community Settings* (pp. 78-98). New York: Palgrave.
- Norman, M.D. (2015b). *Sport and Physical Recreation in Canadian Federal Prisons: An Exploratory Study of Carceral Physical Culture* (Doctoral dissertation, University of Toronto).
- Norman, M. (2015c). Sport in the underlife of a total institution: Social control and resistance in Canadian prisons. *International Review for the Sociology of Sport*, DOI: 1012690215609968.
- Richer, I., McLean, M., Bradley, S., & Horne, S. (2015, February). *Evaluation report: Offender education programs and services*. Ottawa, ON: Correctional Service of Canada. Retrieved April 5, 2016 from <http://www.csc-scc.gc.ca/publications/092/005007-2014-eng.pdf>.
- Wacquant, L. (2009) *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity*. Durham, NC: Duke University Press.